



Notícia da *Ilustração Portuguesa* sobre os Jesuítas em Portugal.
("Os Jesuítas em Portugal", *Ilustração Portuguesa*, N.º 246 (1910) 582-588)

Jesuítas e Ciência em Portugal

V – Os Colégios de Campolide e de São Fiel e a implantação da República

Francisco Malta Romeiras
e Henrique Leitão*

Introdução

Naquelle momento o berreiro era de ensurdecer e todos se queriam aproximar da entrada. «Esta casa é nossa», gritavam uns. «Isto agora vae ser transformado em escola moderna», vociferavam outros. Muitos opinavam por que se arrasasse tudo!¹

Na manhã de 5 de Outubro de 1910, o Colégio de Campolide foi bombardeado e invadido por militares, numa pesquisa infrutífera por armas de fogo e material explosivo.² Em consequência desta invasão militar, quebraram-se as vitrines do museu de história natural, rasgaram-se retratos, inutilizaram-se instrumentos científicos e roubaram-se livros raros da biblioteca, perdendo-se um legado educativo e científico que levava 50 anos a construir.³ Prevendo os acontecimentos de dia 5, e na sequência dos bombardeios na tarde de 4 de Outubro, um grupo de 15 jesuítas abandonara o Colégio em direcção à estação de comboios de Campolide. Neste grupo estava o

Com este artigo termina a série “Jesuítas e Ciência em Portugal”, na qual se procurou apresentar dados novos ou pouco conhecidos acerca do papel que os Colégios de Campolide e de São Fiel desempenharam na prática e pedagogia científicas no nosso país entre 1858 e 1910. Neste último artigo analisamos as consequências da implantação da República Portuguesa, em Outubro de 1910, nomeadamente a destruição e expropriação do material científico e pedagógico dos jesuítas de Campolide e de São Fiel.

¹ AZEVEDO S.J., Luís Gonzaga de, *Proscritos*, Valladolid, Florencio de Lara, vol. I, 1911-1914, p. 34. Luís Gonzaga de Azevedo relatava a invasão do Colégio de Campolide por militares e populares na manhã de 5 de Outubro de 1910.

² IDEM, *Ibid.*, pp. 32-39.

³ IDEM, *Ibid.*, p. 176.

* Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia – CIUHCT-UL. Henrique Leitão é Investigador Auxiliar da Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências da Faculdade de Ciências e Francisco Malta Romeiras é Bolseiro de Doutoramento da FCT-SFRH/BD/61883/2009.

⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 21. Sobre estes acontecimentos ver também ARAÚJO, António de, *Jesuítas e Antijesuítas no Portugal Republicano*, Lisboa, Roma Editora, 2004. Sobre o P. Carlos Zimmermann ver, ROMEIRAS, Francisco Malta e LEITÃO, Henrique, "Jesuítas e Ciência em Portugal. II – Carlos Zimmermann S.J. e o Ensino da Microscopia Vegetal", *Brotéria* 174 (2012), 113-125.

P. Carlos Zimmermann S.J. (1871-1950), naturalista notável e fundador da revista *Brotéria*, que sofreu 2 atentados no caminho para a estação de comboios, onde foi depois ameaçado e assaltado por um revolucionário.⁴ Os acontecimentos de 4 e 5 de Outubro em Lisboa e os que se lhes sucederam em Val do Rosal, Setúbal, Barro e Lourçal do Campo, e que terminaram na prisão e posterior exílio dos jesuítas portugueses, representam o culminar do anticlericalismo oitocentista português de raiz positivista, em que os jesuítas eram acusados de promover a destruição da família e de serem decadentes, manipuladores e os principais responsáveis pelo atraso científico e educativo português.

No seguimento do decreto de 8 de Outubro de 1910, em que as congregações religiosas foram extintas e se restabeleceram as leis de Pombal e de Joaquim António de Aguiar, os bens da Companhia de Jesus, tanto móveis como imóveis, ao



Casas de formação e colégios a cargo da Companhia de Jesus entre 1858 e 1910.

contrário dos bens das demais congregações religiosas, foram “desde logo declarados pertença do Estado”, sem se proceder a qualquer avaliação ou inventariação, revelando o tratamento de exceção que Teófilo Braga (1843-1924), António José de Almeida (1866-1929), Afonso Costa (1871-1937) e Bernardino Machado (1851-1944) pretendiam aplicar aos inacianos.⁵ A legislação em torno de matéria religiosa, porém, não se confinou apenas à expulsão e extinção das congregações. De facto, até ao final de 1910, foram laicizados os feriados religiosos, abolido o juramento religioso em tribunal e na universidade, extinto o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias, instituído o divórcio, suprimida a cadeira de direito eclesiástico português e instituído o casamento civil como o único válido perante o Estado português, culminando esta série de decretos na promulgação da Lei de Separação da Igreja e do Estado a 20 de Abril de 1911.⁶

Como resultado da implantação da República e do decreto de 8 de Outubro, os jesuítas capturados pelo Governo Provisório da República Portuguesa foram enviados para as prisões do Limoeiro (28 detidos) e de Caxias (106 detidos), onde permaneceram, na sua grande maioria, até ao início de Novembro de 1910. António Maria Alves S.J. (1866-1941),

⁵ Decreto de 8 de Outubro da República Portuguesa. Sobre os bens da Companhia de Jesus e das outras congregações religiosas ver o artigo 8.º.

⁶ PINTO, Sérgio Ribeiro, “Legislação republicana em matéria religiosa e separação”, *Agência Ecclesia – Semanário de actualidade religiosa* 1258 (2010), 26-31; SEABRA, João, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX. A Lei da Separação de 1911*, Cascais, Príncipia, 2009.



António Maria Alves S.J. e Afonso Costa na prisão de Caxias a 13 de Outubro de 1910. (Fotografia cedida por P. António Júlio Trigueiros S.J.)



Medições antropométricas de António Maria Alves S.J. em Caxias.
(Cedida por P. António Júlio Trigueiros S.J.)



3 de Novembro de 1910. Partida dos Jesuítas que estavam nas prisões de Caxias e Limoeiro – Cais do Sodré. (Cedida por P. António Júlio Trigueiros S.J.)

reitor do Noviciado do Barro, chegou, inclusivamente, a ser interrogado pelo Ministro da Justiça, Afonso Costa, no dia 13 de Outubro, num diálogo em que as acusações de alienação das crianças às suas famílias, de fanatismo e da sujeição dos noviços à privação de alimentos por dias consecutivos foram centrais. Também Afonso Luisier S.J. (1872-1957), professor do Colégio de Campolide, foi interrogado por Afonso Costa sobre a existência de explosivos em Campolide, no dia 14, tendo sido nesse mesmo dia libertado e exilado para Madrid, por intervenção do Cônsul Suíço. Na sequência destes interrogatórios, os presos do Limoeiro foram sujeitos a medições antropométricas nos dias 20 e 21 de Outubro, enquanto que na prisão de Caxias as medições frenológicas tiveram início no dia 22.⁷ Para o P. António Maria Alves, estas medições representaram “a maior affronta” pela qual passaram os jesuítas portugueses, pela sujeição a um tratamento que, nas suas palavras, estava destinado a “malfeitores”.⁸ As humilhações a que os jesuítas portugueses estiveram sujeitos em Caxias e no Limoeiro só terminaram a 3 de Novembro de 1910, altura em que embarcaram no *Bürgermeister* os que ainda não tinham sido expatriados pela República Portuguesa, um dia que Luís Gonzaga de Azevedo classificou de “horrenda despedida”:

Imaginem boa parte da Praça do Commercio, de noite, convertida numa extensa jaula de feras a rugir; terão uma ideia pálida do que foi aquillo. Elles tripudiavam, elles uivavam, elles batiam palmas, elles gritavam furiosamente: *morra!* elles blasfemavam, elles davam pontapés a quem podiam, elles berravam as mais hediondas obscenidades. E depois de embarcados, depois de começar a mover-se a lancha a vapôr, ainda ouviamos ecos prolongados d'aquella horrenda despedida.⁹

⁷ AZEVEDO S.J., Luís Gonzaga de, *op. cit.*, pp. 262-369.

⁸ *Ibidem*, p. 320.

⁹ *Ibidem*, p. 337.

A oposição à Companhia de Jesus em finais do século XIX e a sua repercussão no início do século XX

Manuel Borges Grainha (1862-1925) foi um dos principais opositores da Companhia de Jesus no século XX, tendo publicado a *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, Os

Jesuítas e as Congregações Religiosas em Portugal nos Últimos Trinta Anos e *O Portugal Jesuíta*. Borges Grainha foi ainda o responsável pela tradução e comentário da *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus em Lisboa* e pela tradução do *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus no começo do ano de 1910*.¹⁰ Inspirado nas campanhas Pombalinas e apropriando-se do conceito de que os jesuítas eram incultos e contrários ao progresso científico, Grainha afirmava categoricamente que os jesuítas já não eram “sábios” no século XVIII e que não o eram também no século XIX, apesar de o poderem ter sido nos séculos XVI e XVII.¹¹

Em 1914, Borges Grainha chegou a apresentar no Porto uma comunicação no Congresso Maçónico Nacional intitulada “A Acção da Maçonaria Portuguesa”, onde descreveu a importância do papel que, segundo ele, a Maçonaria teria tido no desenvolvimento da liberdade religiosa, na laicização da instrução escolar, na implantação da República e na expulsão da Companhia de Jesus e das congregações, destacando a acção dos maçons Afonso Costa, António José de Almeida, Cândido dos Reis (1852-1910), Miguel Bombarda (1851-1910) e Machado Santos (1875-1921). Neste congresso foi ainda determinado que o dever da Maçonaria portuguesa era “ser uma sentinela vigilante contra a reentrada e restabelecimento dos Jesuítas e de todos os mais congreganistas e contra as tentativas clericais tendentes a diminuir a supremacia do Estado sobre as Igrejas”, tomando-se diligências no sentido de se constituírem comissões em cada Loja, com a função de “receber essas informações, estudá-las, procurar e promover os meios de evitar os factos que se dêem contrários às leis anticongreganistas e separatista”.¹² Estas medidas, e a clara intenção de Borges Grainha de reivindicar um papel central para a Maçonaria na implantação da República e extinção das ordens religiosas, revelam o destaque que ainda era dado à questão religiosa e, mais concretamente, à questão da presença da Companhia de Jesus em 1914.

No prólogo à *História do Colégio de Campolide*, e com uma agenda clara de destruir a reputação científica e literária que os jesuítas tinham vindo a recuperar em finais do

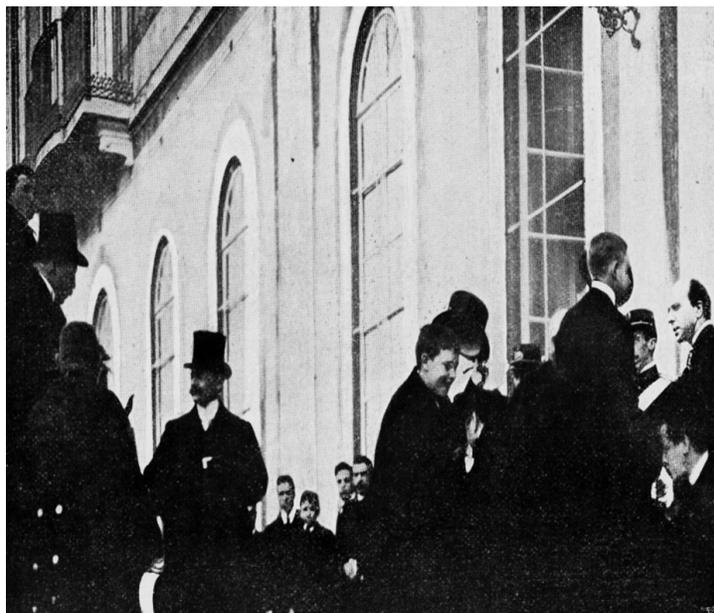
¹⁰ GRAINHA, Manuel Borges, *Os Jesuítas e as Congregações Religiosas em Portugal nos Últimos Trinta Anos*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica, 1891; IDEM, *O Portugal Jesuíta*, Lisboa, Typographia e Sterotypia Moderna, 1893; IDEM, *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.

¹¹ IDEM, *Os Jesuítas e as Congregações Religiosas em Portugal nos Últimos Trinta Anos*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica, 1891, pp. 145-166; Sobre a importância das campanhas pombalinas ver: FRANCO, José Eduardo e VOGEL, Christine, “Um acontecimento mediático na Europa das Luzes: A propaganda antijesuítica pombalina em Portugal e na Europa”, *Brotéria* 169 (2009), 349-506; FRANCO, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas. Em Portugal, Brasil e Oriente (Séc. XVI a XX)*, Lisboa, Gradiva, 2006.

¹² GRAINHA, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, Lisboa, Vega, 1976, pp. 21-33.

século XIX, Grainha apresentava os jesuítas como clérigos obcecados com o poder e vocacionados para o controlo da sociedade. Na sua visão, a Companhia de Jesus controlava a nobreza e a burguesia através da educação nos colégios, particularmente no Colégio de Campolide, enquanto que o povo era iludido através das missões e do temor a Deus. Este foi o argumento mais recorrentemente utilizado e uma das razões pelas quais se justificava, na sua opinião, a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses. Desta forma, Grainha tentou destrinçar as ligações existentes entre a Nobreza lisboeta e o Colégio de Campolide, chegando a apresentar os principais benfeitores da Igreja de Campolide, o que ilustraria, a seu ver, a hipocrisia destas relações.¹³ Comentou ainda o facto da Sessão Solene de Física do Colégio de Campolide ter sido presidida pelo príncipe D. Luís Filipe e pelo infante D. Manuel em 1905, apresentando uma fotografia da recepção aos Príncipes e que representava um exemplo flagrante da

¹³ IDEM, *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1913, p. XLII. Nesta lista os principais benfeitores da Igreja de Campolide foram D. Josefina Bertrand (4:000\$000), Conde de Mesquitela (3:000\$000), Duquesa de Cadaval (1:680\$000), Conde da Praia e Monforte (1:500\$000) e Marqueses de Monfalmim (1:000\$000).



D. Luís Filipe e D. Manuel de Bragança em visita ao Colégio de Campolide, por ocasião da Sessão Solene da Academia Científica em 1905. (APSI)

má educação nos colégios da Companhia de Jesus, uma fotografia que, na sua visão, “mostra bem que estavam dando aos académicos, que presenciavam tal scena, uma educação mais de Archeiros da Casa Rial do que de gente instruída, nobre e altiva: nela se vêem professores idosos beijando, servilmente quási de joelhos, as mãos de duas crianças ignorantes, só porque eram da Família Rial.”¹⁴

¹⁴ *Ibidem*, p. XLIX.

Apesar de Borges Grainha ter sido um dos maiores opositores da Companhia de Jesus desde finais do século XIX e, certamente, um dos mais eficazes, o antijesuítismo, salientou o historiador António Araújo, teve também uma representação popular, tendo sido organizados comícios, conferências e publicados diversos livros e periódicos tais como *A semana de Loyola. Semanário anti-jesuítico* (1884-1886), *O Anti-jesuíta, Folha independente destinada a combater o jesuitismo* (1894-1895), *O Liberal de Gaya. Semanário anti-jesuítico* (1899-1900) e *O Jesuíta* (1901).¹⁵ Este antijesuítismo, argumenta António Araújo, era ainda fruto das campanhas pombalinas, uma tese que pode ser totalmente apoiada no conteúdo dos debates parlamentares da Monarquia Constitucional, especialmente entre 1882 e 1910.¹⁶

¹⁵ ARAÚJO, António de, *Jesuítas e Antijesuítas no Portugal Republicano*, Lisboa, Roma Editora, 2004, p. 10.

¹⁶ *Ibidem*, p. 84; Câmara dos Senhores Deputados, Sessões de 22 de Setembro de 1881, 4 de Fevereiro de 1882, 17 de Abril de 1882, 7 de Março de 1883, de Abril de 1907, 27 de Julho de 1908, 25 de Agosto de 1908, 28 de Julho de 1909, 2 de Agosto de 1909, 4 de Agosto de 1909; Câmara dos Dignos Pares do Reino, Sessões de 3 de Junho de 1887, 6 de Junho de 1887, 8 de Junho de 1887, 10 de Junho de 1887, 26 de Junho de 1888, 15 de Junho de 1891.

¹⁷ Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 17 de Abril de 1882.

Em 1882, a propósito do centenário de Sebastião José de Carvalho e Melo e da construção de uma estátua em bronze, discutia-se na Câmara dos Senhores Deputados que o maior feito do Conde de Oeiras tinha sido o de desembarçar Portugal dos jesuítas e que por isso lhe era conferido o título de “libertador do reino e do rei”.¹⁷ Nas palavras de António da Cunha Belém (1824-1905), a expulsão da Companhia de Jesus e a reforma educativa que se seguiu tinham sido os contributos mais importantes do Conde de Oeiras e pelos quais Sebastião José deveria ser “santificado”:

Assim como elles vão no dia 31 de julho resar na igreja de Santo Ignacio de Loyola, deixem-nos ir a 8 de maio resar a S. Sebastião José de Carvalho e Mello, no altar da patria, no templo da liberdade; deixem-nos santificar esse vulto, deixem-nos affirmar aqui ao menos, de cabeça erguida, que na celebração do centenário ao marquez de Pombal vae tambem alguma affirmação de que vene

ramos n'elle o grande estadista que expulsou os jesuitas, porque essa expulsão foi incontestavelmente um passo dado no caminho da liberdade. (*Apoiados.*)

Cunha Belém atribuía a Pombal “a reforma do ensino e o tê-lo arrancado das mãos e da influencia do clero”, o que tinha possibilitado, na sua visão, que “a rasão podesse fazer as suas affirmações escriptas ou falladas”, sem qualquer influencia do “poder ecclesiastico”.

Entre 1881 e 1891, deputados como Rodrigues de Freitas (1840-1896), Anselmo Braamcamp (1849-1921), José Luciano de Castro (1834-1914) e Tomás Ribeiro (1831-1901) pronunciaram-se repetidamente contra a presença ilegal da Companhia de Jesus em Lourical do Campo, pedindo que fossem tomadas as medidas necessárias para se proceder à extinção do Colégio de São Fiel.¹⁸ Estes discursos parlamentares foram motivados pela publicação de um relatório sobre o Colégio de São Fiel, redigido por Joaquim Augusto de Sousa Refóios (1853-1905) em 1883, três anos após expedição de uma portaria circular por José Luciano de Castro, que exigia aos Governadores Civis informações sobre a existência de escolas ou estabelecimentos de ensino que pertencessem a congregações religiosas estrangeiras.¹⁹ Neste relatório, Sousa Refóios afirmava que a maior parte das famílias que mandavam os seus filhos para São Fiel faziam-no “esperando que lhes será fácil apagar n’elles, á sua sahida do collegio, os vestigios da direcção jesuitica, aproveitando-lhes tão somente o ensino litterario e scientifico”.²⁰ Apesar de reconhecer que já em 1880 existia um gabinete de Física e um laboratório químico e que o ensino das línguas era “razoável”, Sousa Refóios considerava que o ensino da Filosofia e, principalmente, o ensino da História, eram reaccionários.²¹ Concluía o redactor que São Fiel era um colégio da Companhia de Jesus cujos danos sociais não eram desprezáveis, atribuindo aos jesuítas de Lourical do Campo a responsabilidade pela quebra de laços familiares e pela fanatização dos alunos e suas famílias.²²

A propósito da execução da concordata de 1857, assinada por D. Pedro V e pelo Papa Pio IX, o Marquês de Rio Maior, D. António Saldanha de Oliveira e Sousa (1836-1891),

¹⁸ Câmara dos Senhores Deputados, Sessões de 22 de Setembro de 1881, 4 de Fevereiro de 1882, 7 de Março de 1883; Câmara dos Pares do Reino, Sessão de 15 de Junho de 1891.

¹⁹ REFÓIOS, Joaquim Augusto de Sousa, *O Collegio de S. Fiel no Lourical do Campo e o de Nossa Senhora da Conceição na Covilhã: Apontamentos sobre o Jesuitismo no Districto de Castello-Branco*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1883.

²⁰ *Ibidem*, p. XII.

²¹ *Ibidem*, pp. 28-30.

²² *Ibidem*, p. 39.

porém, defendia em Junho de 1887 a concessão da existência oficial às congregações religiosas em Portugal, sem que fosse necessário recorrer ao estratagema que o despacho de 7 de Dezembro de 1875, assinado por Andrade Corvo (1824-1890) e dirigido ao Conde de Tomar (1803-1899), tinha possibilitado.²³ De acordo com este despacho, ao abrigo da protecção inglesa, as congregações e associações religiosas poderiam assegurar a sua existência civil em Portugal. Esta terá sido a razão pela qual fora necessário simular a venda do Colégio de São Fiel em 1873 a três jesuítas ingleses, Georges Lambert, Ignácio Cory Soles e Henri Foley.²⁴ Para o Marquês de Rio Maior a existência de colégios jesuítas em Portugal não só deveria ser reconhecida, como era também necessário que o antijesuítismo deixasse de ser um bastião do anticlericalismo oitocentista, dado que os filhos dos “homens mais distintos d’este paiz” eram educados nos colégios da Companhia e que o ensino era permitido aos jesuítas, sob protecção inglesa, como promulgado no despacho de 1875:

Eu compreendo, sr. presidente, que os que julgam os jesuitas prejudiciaes á educação não mandem lá seus filhos, mas não entendo que o façam aquelles que os atacam. Este procedimento não é correcto. (...) As leis do marquez de Pombal não podem obrigar-os a sair do reino, ha lei mais moderna que os protege e defende. Aos jesuitas habilitados como professores, é-lhes livre o ensino, como a quaesquer outros mestres.²⁵

Também Tomás Ribeiro, em 1891, reconhecia que os principais opositores da Companhia de Jesus mandavam educar os seus filhos nos seus colégios, afirmando que em Portugal se vivia “d’estas mentiras constantes, fazendo em nossas casas o contrario do que dizemos no parlamento ou escrevemos na imprensa”.²⁶ Entre 1907 e 1910, deputados como Afonso Costa, Miguel Bombarda e António José de Almeida retomavam os discursos do final do século XIX e pronunciavam-se contra a presença da Companhia de Jesus – uma clara violação das leis de Pombal e das leis anti-congreganistas de 1834 – apesar da legislação de 1901 de Hintze Ribeiro (1849-1907), que regularizara a situação das congregações religiosas em Portugal.

²³ RIO MAIOR, Marquês de, 23.^a Sessão da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 3 de Junho de 1887.

²⁴ Ver ROMEIRAS, Francisco Malta e LETÃO, Henrique, “Jesuítas e Ciência em Portugal. II – Carlos Zimmermann S.J. e o Ensino da Microscopia Vegetal”, *Brotéria* 174 (2012), 113-125.

²⁵ RIO MAIOR, Marquês de, 28.^a Sessão da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 10 de Junho de 1887.

²⁶ RIBEIRO, Tomás, 17.^a Sessão da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 15 de Junho de 1891.

António José de Almeida assegurava que a educação pública começara apenas com a expulsão dos jesuítas, enquanto que Miguel Bombarda advertia sobre a necessidade de proteger as crianças da iniquidade da Companhia de Jesus.²⁷ Afonso Costa, por seu lado, chegou a propor por duas vezes, em Julho de 1908 e em Julho de 1909, que se promulgasse uma lei que extinguisse a Companhia de Jesus e os seus colégios, algo que só se viria a verificar com o decreto de 8 de Outubro de 1910, que restabelecia as leis de Pombal e de Joaquim António de Aguiar.²⁸

O exílio, as colecções confiscadas e as defesas inesperadas

Com a implantação da República, os Colégios de Campolide e de São Fiel foram extintos e grande parte dos seus instrumentos e livros científicos foram inutilizados ou roubados como resultado das invasões militares e populares. Porém, no período imediatamente pós-revolucionário, foi criado por Afonso Costa e dirigido por Manuel Borges Grainha o Museu das Congregações na Rua do Quelhas, antiga residência dos Jesuítas em Lisboa, com o material confiscado dos Colégios de Campolide e de São Fiel que subsistia – maioritariamente correspondência, matrículas de alunos, apontamentos escolares e fotografias.²⁹

Posteriormente, o Governo da República Portuguesa nomeou comissões para inventariar o espólio de Campolide e de São Fiel, a 18 de Novembro e 21 de Novembro de 1910, respectivamente.³⁰ A comissão encarregada de inventariar o espólio de São Fiel, chefiada por José Ramos Preto (1871-1949), determinou que o material científico deveria ser transferido para o liceu de Castelo Branco, uma vez que este liceu não possuía nem gabinete de Física nem Museu de História Natural, apesar das determinações de Passos Manuel (1801-1862) em 1836.³¹ Foi também noticiado no semanário republicano *A Pátria Nova* que já tinha sido feita a distribuição do material de São Fiel pelo liceu de Castelo Branco, incluindo “todo o

²⁷ ALMEIDA, António José de, 52.^a Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, 6 de Abril de 1907; BOMBARDA, Miguel, 78.^a Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, 25 de Agosto de 1908.

²⁸ COSTA, Afonso, 50.^a Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, 27 de Julho de 1908; COSTA, Afonso, 37.^a Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, 28 de Julho de 1909.

²⁹ A maioria destes documentos encontra-se na Torre do Tombo, no Arquivo das Congregações.

³⁰ ARAÚJO, António, *op. cit.*, p. 56.

³¹ PRETO, José Ramos, “O Colégio de S. Fiel e a ‘Caveira de burro’”, *Notícias da Beira*, 375, 21 de Janeiro de 1912. Sobre as reformas educativas que deveriam ter levado à criação de museus de História Natural ver GOMES, Inês, “Os Gabinetes de História Natural dos Antigos Liceus – Um Estudo Exploratório a Partir dos Textos Legislativos” in *Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1185-1201.

³² “Liceu de Castello Branco”, *A Pátria Nova*, 12 de Abril de 1912.

laboratorio quimico, uma grande parte das maquinas e aparelhos para o estudo da fisica e avultado numero de exemplares de zoologia, e botanica” bem como a “coleção de mineraes, o material completo do observatório meteorológico, mapas, globos e aparelhos para o estudo da geografia, e ainda uma porção importante de livros”.³² Dos laboratórios de Física e da Química foram enviados para Castelo Branco instrumentos de áreas tão diversas como Mecânica, Hidrostática, Óptica, Electricidade e Termodinâmica, enquanto que do laboratório de Ciências Naturais chegaram, pelo menos três microscópios e outros instrumentos essenciais para os estudos microscópicos (como por exemplo um micrótomo automático), previamente descritos por Carlos Zimmermann nos seus artigos sobre Microscopia Vegetal, enquanto que para a Universidade de Coimbra foi encaminhado o herbário de São Fiel.³³

³³ SALVADO, Maria Adelaide Neto, *O Colégio de S. Fiel: centro difusor da Ciência no interior da Beira*, Castelo Branco, Semedo – Soc. Tipográfica, 2001; ZIMMERMANN S.J., Carlos, “Microscopia vegetal”, *Brotéria* I (1902) 49-75; IDEM, “Microscopia vegetal”, *Brotéria* II (1903) 5-40; IDEM, “Microscopia vegetal”, *Brotéria* IV (1905), 137-159; IDEM, “Microscopia vegetal”, *Brotéria* V (1906), 229-244.

³⁴ MENDES S.J., Cândido Azevedo, *O Colégio de S. Fiel: Resposta ao Advogado Sr. José Ramos Preto*, Madrid, López del Horno, 1911.

³⁵ PRETO, José Ramos, *Relatório sobre o extinto Colégio de São Fiel da Companhia de Jesus*, Lisboa, Typ. Mauricio, 1911, p. 26; MENDES S.J., Cândido Azevedo, *op. cit.*, p. 66.

Num opúsculo publicado em 1911, Cândido de Azevedo Mendes S.J. (1874-1943), professor de São Fiel e um dos fundadores da *Brotéria*, pretendeu rebater as principais acusações que Ramos Preto fizera em relação aos jesuítas de São Fiel.³⁴ Depois de contestar as acusações de riqueza, avareza e influência, impugnou as acusações de obscurantismo educativo, nomeadamente no ensino da História, Literatura e Filosofia. Para Ramos Preto a única vantagem que o Colégio de São Fiel gozava em relação ao liceu de Castelo Branco era a existência de “um regular gabinete de phisica, um laboratorio chimico e um gabinete de zoologia”, o que, na opinião de Azevedo Mendes, era deveras redutor. Enquanto assinante da *Brotéria* e jurista local, Ramos Preto estava bem ciente das investigações que os jesuítas de São Fiel levavam a cabo nas áreas da Botânica e da Zoologia, bem como das actividades do Observatório Meteorológico, pelo que Cândido Mendes não compreendia o insucesso das várias tentativas de restituição dos “nossos livros e colleções como propriedade particular e fructo da nossa actividade individual”.³⁵

No exílio, os jesuítas escreveram um repto, que divulgaram pela comunidade científica nacional e internacional, pedindo a restituição do material científico ao Governo da República Portuguesa, tendo sido apoiados por cientistas

portugueses como António Ferreira da Silva (1853-1923), fundador e presidente da Sociedade Portuguesa de Química, Veríssimo de Almeida (1834-1915) e D. Luís de Castro (1868-1928), 2.º Conde de Nova Goa, professores do Instituto Superior de Agronomia, e pelo célebre zoólogo da Universidade do Colorado Theodore Cockerell (1866-1948).³⁶ Neste repto alguns dos naturalistas mais destacados da Companhia como Luisier, Oliveira Pinto (1868-1933), Torrend (1875-1961), Zimmermann, Azevedo Mendes e Silva Tavares (1866-1932) faziam menção à biblioteca de História Natural, ao Laboratório de Microscopia, às colecções entomológicas (ortópteros, lepidópteros e zooecídeos) e botânicas (criptogâmicas) e aos manuscritos científicos perdidos no assalto de 1910, salientando que apenas se tinha feito a restituição “das colecções micológicas e de duas ou três obras de micologia, bem como das diatomáceas e uma pequena parte do material briológico”. Os jesuítas questionavam-se sobre o destino dos livros, revistas, instrumentos e manuscritos científicos, do Herbário e das colecções de Geologia, Mineralogia, fanerogâmicas, líquenes e briófitas, cuja restituição tinha sido frustrada. Para os naturalistas exilados estas colecções estariam “irremediavelmente perdidas para a ciência”, dado que grande parte dos materiais ainda não estavam completamente estudados e convenientemente catalogados, uma vez que “faltam muitas vezes etiquetas completas; numeros de referencia a notas tomadas no proprio local, abreviaturas, simples sinais, indecifráveis e sem valor para qualquer outro, encerram para os autôres amplas informações. São circunstancias, estas, que os profissionais da ciência sabem bem apreciar”.³⁷

Os cientistas portugueses, oriundos de todos os quadrantes políticos, mostravam indignação com os castigos que a República Portuguesa tinha infligido aos cientistas da Companhia de Jesus. Nas palavras de Ferreira da Silva, próximo dos jesuítas, “as instituições republicanas honrar-se-hiam” tratando com benevolência “esses pioneiros dedicados á ciência”, devendo permitir que os naturalistas pudessem retomar os seus trabalhos científicos, um ofício que seria para “honra

³⁶ CASTRO, D. Luís de, “Protesto de homens de ciencias”, *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, Vol. I, N.º 5 (1912), 165-167; COCKERELL, Theodore Dru Alison, “The exiled Naturalists of Portugal” *Science*, Vol. 34, N.º 882 (1911), 714-715; SILVA, António Ferreira da, “Director e redactores da ‘Broteria’. Um appello aos homens de boa vontade”, *Revista de Chimica Pura e Applicada*, Tomo VI (1910), 362-363; IDEM, “Os redactores da ‘Broteria’ exilados; as suas colleções scientificas confiscadas e perdidas”, *Revista de Chimica Pura e Applicada*, Tomo VII (1911) 229-231; IDEM, “Broteria”, *Revista de Chimica Pura e Applicada*, Tomo VII (1911), 377; IDEM, “Testemunho em favor da Brotéria”, *Brotéria – Vulgarização Científica* 16 (1918), 190-191; IDEM, “Brotéria e os seus Naturalistas”, *Revista de Chimica Pura e Applicada* (1918), 75-79; TAVARES S.J., Joaquim da Silva, “José Veríssimo de Almeida”, *Brotéria – Série Botânica* XIII (1915), 57-60.

³⁷ CASTRO, D. Luís de, “Protesto de homens de ciencias”, *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, Vol. I, N.º 5 (1912), 165-167.

³⁸ SILVA, António Ferreira da, “Os redactores da “Brotéria” exilados; as suas collecções scientificas confiscadas e perdidas”, *Revista de Chímica Pura e Applicada*, Tomo VII (1911), 229-231.

³⁹ TAVARES S.J., Joaquim da Silva, “José Veríssimo de Almeida”, *Brotéria – Série Botânica* XIII (1915), 57-60.

⁴⁰ TAVARES S.J., Joaquim da Silva; ZIMMERMANN S.J., Carlos; REBIMBAS S.J., Manuel, *Carta endereçada ao Presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências naturais*, [posterior a 1910] (APSD).

⁴¹ ROMEIRAS, Francisco Malta e LEITÃO, Henrique, “Jesuítas e Ciência em Portugal. I – António Oliveira Pinto S.J. e as primeiras experiências com Radioactividade em Portugal”, *Brotéria* 174 (2012), 9-20; TAVARES S.J., Joaquim da Silva, “A Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais”, *Brotéria – Vulgarização Científica* VI (1907), 127-134. Fundadores da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais: Mattoso dos Santos, Miguel Bombarda, Alfredo Bensaúde, Carlos Bello Moraes, Joaquim da Silva Tavares S.J., Augusto Nobre, Ayres José Kopke Correia Pinto, Aníbal Bethencourt, Julio Guilherme Bethencourt Ferreira, João Augusto Pereira d’Azevedo Neves, Carlos França, Manuel Rebimbas S.J., Cândido Azevedo Mendes S.J., Gonçalo Sampaio, José Maximiano Corrêa de Barros, Carlos Zimmermann S.J., Afonso Luisier S.J., Camillo Torrend S.J., Celestino da Costa, António Oliveira Pinto S.J. e Marck Athias.

⁴² Tavares S.J., Joaquim da Silva, “Depois de 11 annos de exílio. Algumas impressões de um excursionista”, *Brotéria – Vulgarização Científica* XIX (1921), 265-286.

nossa e prestigio do nosso nome”.³⁸ Porém, do outro lado do leque ideológico, Veríssimo de Almeida, director do Instituto Superior de Agronomia, “sem embargo de ser livre pensador e quase sectário em matéria de religião”, foi também acérrimo defensor das pretensões dos naturalistas jesuítas sobre as colecções de Botânica e Zoologia perante o Governo da República, o que revela que, apesar das suas opiniões políticas e anticlericais, distinguia por completo a esfera política da esfera científica, por opposição a Afonso Costa, Ramos Preto e Borges Grainha.³⁹

Já no exílio, os redactores da *Brotéria* endereçavam uma carta ao presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (SPCN), manifestando o agradecimento à “Sociedade em geral e em particular aos socios que mais se distinguiram na defesa da nossa causa”, assegurando que iriam continuar a acompanhar os progressos da SPCN enquanto sócios correspondentes exilados, demonstrando que na comunidade científica portuguesa as pretensões dos naturalistas jesuítas tinham sido apoiadas.⁴⁰ Esta Sociedade, fundada em 1907, como já foi referido num artigo anterior desta série, tinha contado com 7 naturalistas da Companhia de Jesus entre os seus 22 fundadores, uma clara indicação da notoriedade que lhes era reconhecida na comunidade científica portuguesa.⁴¹

Foi só nos anos 20, depois de 11 anos de exílio, que Silva Tavares visitou Portugal, pela primeira vez, por ocasião de um congresso no Porto em 1921, organizado pela Associação Espanhola para o Progresso das Ciências. Algo que ainda daria que falar na imprensa portuguesa. Dois dos mais destacados cientistas portugueses desta época, Francisco Costa Lobo (1864-1945) e Gomes Teixeira (1851-1933), tinham garantido que não se poriam embargos à entrada em Portugal dos jesuítas que fossem participar no Congresso de 1921 e “num espírito de bem entendida tolerância e em razão do compromisso, o govêrno fechou os olhos”. Porém, no jornal *O Século* logo se manifestaram opiniões contrárias à presença dos jesuítas em Portugal, por serem opostas aos princípios da República, demonstrando que o antijesuítismo ainda estava longe de ser superado no nosso país por esta altura.⁴²

Conclusão

Como se procurou mostrar com estes cinco artigos, a Companhia de Jesus desenvolveu em Portugal a prática e a pedagogia científicas nos Colégios de Campolide e de São Fiel, nomeadamente nas áreas da Botânica, Zoologia, Astronomia, Física e Química. Entre 1858 e 1910, os naturalistas jesuítas estiveram empenhados em propagar o gosto pelas ciências no nosso país, incentivando a investigação e o ensino experimental nos seus colégios. Este empenho pela prática e pedagogia científicas, para além de corresponder a um genuíno interesse dos naturalistas jesuítas pela ciência, foi também motivado pela necessidade de readquirir uma credibilidade científica que era posta em causa desde meados do século XVIII. Esta credibilidade foi alcançada no início do século XX, como revelaram os elogios que lhes foram granjeados pelos maiores cientistas portugueses e estrangeiros do seu tempo. Em Portugal e no estrangeiro, foram louvados os seus contributos na classificação taxonómica e identificação de novas espécies zoológicas e botânicas, as observações meteorológicas e astronómicas e a criação de uma revista científica que se mostrou excepcional em contexto nacional e internacional.

O impacto que teve a implantação da República nas actividades científicas e pedagógicas da Companhia de Jesus em Portugal não deverá ser apenas considerado um dano lateral da revolução de Outubro de 1910, mas antes integrado na agenda política e religiosa de Afonso Costa, Borges Grainha e Ramos Preto, como se procurou mostrar. A agenda política e anticlerical republicana, cujas raízes pombalinas são bem claras, após ter provocado a destruição e expropriação do material científico de Campolide e de São Fiel, foi totalmente alheia às reivindicações da comunidade científica e estrangeira sobre as colecções científicas dos jesuítas, demonstrando que os ideais políticos se sobrepunham aos progressos pedagógicos e científicos do país, para o quais os jesuítas portugueses tinham contribuído em grande medida.

Agradecimentos: A escrita desta série de artigos sobre Jesuítas e Ciência em Portugal não teria sido possível sem o apoio e estímulo do P. António Vaz Pinto S.J. e do P. António Júlio Trigueiros S.J., que desde o princípio desta investigação nos permitiram aceder aos arquivos da revista *Brotéria*, onde fomos acolhidos com simpatia e diligência pela Ana Pereira da Silva, pela Ana Rodrigues e pela Isabel Tovar de Lemos. Também gostaríamos de agradecer ao P. Carlos Vasconcelos S.J. e a Halima Naimova, pelo acesso aos arquivos do APSI e do OAL e pelos seus valiosos conselhos, essenciais para a escrita destes artigos.